

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2025

SUMÁRIO

Página 03

Mensagem do Presidente do Conselho

Página 05

1. Introdução

2. Institucional

Página 08

3. Nossas Conquistas

3.1. Selo Diamante em Transparência

3.2. Selo Diamante em Ética e Responsabilidade

Página 09

3.3. Selo Ouro em Governança

Página 10

3.4. Selo Diamante em Ouvidoria

4. Nossos Valores

Página 11

5. Finalidade e Atividades Exercidas

5.1. Destaques 2025

Página 19

6. Programa de Compliance Público

6.1. Resultados

Página 20

6.2. Situação do Compliance Metrobus – 2025

Página 21

6.3. Gestão de Riscos

Página 22

7. Análises do Conselho

Página 23

8. Conclusão

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Apresentamos o Relatório anual do Conselho de Administração de 2025, reflexo do nosso compromisso com práticas sustentáveis e transparentes, alinhadas em nossa estratégia corporativa.

Em 2025 continuamos avançando com firmeza e responsabilidade nas iniciativas de **ASG** (Ambiental, Social e Governança).



Pelo sexto ano consecutivo, a **METROBUS** através de ações inovadoras recebeu a classificação **OURO** no **Programa Despoluir**, entregue em agosto de 2025. A certificação, promovida pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e pelo SEST SENAT, destaca o compromisso da empresa com a redução da emissão de poluentes. Toda a frota da Metrobus passou por inspeções técnicas e apresentou níveis mínimos de emissão, dentro dos padrões de qualidade do ar estabelecidos pelo programa Despoluir. O Despoluir atua desde 2007 promovendo ações ambientais no setor de transportes. Para a Metrobus, o reconhecimento é um incentivo a continuar evoluindo com responsabilidade ambiental e inovação.

Ainda em 2025, foram realizadas ações voltadas à saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores, com a implementação dos planos de contingência, a continuidade da ginástica laboral em parceria com o *SEST SENAT*, além de treinamentos, integrações com terceirizadas e palestras educativas, como maio Amarelo, outubro Rosa e prevenção ao suicídio. Também foi realizada campanha de homeopatia contra a dengue e outras iniciativas de bem-estar.

Foi implantada pela Gerência de RH da Metrobus um canal de comunicação rápido e acessível, via **QR Code**, para que os colaboradores possam relatar situações de risco diretamente à equipe de Segurança.

No âmbito da **governança**, fortalecemos práticas de transparência, ética e gestão de riscos. Realizamos monitoramentos quadrimestrais no Programa de Compliance, e, como reconhecimento desse esforço, a **METROBUS** recebeu o **Selo Ouro** no **Prêmio Governança do Programa de Compliance Público (PCP)**, concedido pela **Controladoria-Geral do Estado (CGE)**. Esse prêmio valoriza órgãos e entidades que promovem a integridade pública em benefício dos cidadãos. Participamos ainda, de forma automática e obrigatória, do programa **Goiás + Transparente**.

Pelo terceiro ano consecutivo, alcançamos o Índice de Transparência da Página de Acesso à Informação (5ª, 6ª e 7ª edições), conquistando novamente o **Troféu Diamante**, no âmbito do **Prêmio Goiás Mais Transparente**, promovido pela CGE-GO. A CGE avaliou, por meio da metodologia da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) as páginas de Acesso à Informação dos órgãos, a Metrobus alcançou o índice de 99,42% no Programa Nacional de Transparência Pública, da Atricon e 99,87% na CGE recebendo o Selo Diamante de ambos os órgãos.

O resultado desse trabalho é a aprovação das contas da Metrobus, sem ressalvas, pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), referentes aos exercícios de 2023/2024. Os Acórdãos nº 3675/2025 e nº 269/2026 concluíram pela regularidade das contas 2023 e pela quitação dos gestores, conforme o artigo 72 da Lei nº 16.168/2007. Os resultados refletem os compromissos da empresa com a boa governança, a transparência e a aplicação responsável dos recursos públicos.

DORCILO RABELO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO ANUAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício 2025

1 – INTRODUÇÃO:

Em observação ao parágrafo § 1º, item VII, do artigo 24 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016:

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

Levando-se em consideração que, conforme Art. 30, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.433/2024, as atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário podem ser desempenhadas pelo Conselho de Administração, vejamos:

§ 2º Caso não seja instituído o Comitê de Auditoria Estatutário, as suas atribuições serão desempenhadas pelo Conselho de Administração.

Por tratar-se de empresa estatal de menor porte, a qual enquadra-se no §1º do art. 1º da Lei Federal nº. 13.303/16, apresentamos, neste documento, Relatório Anual, referente ao ano de 2025, que contém informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Conselho de Administração.

2 – INSTITUCIONAL

Este documento apresenta nossos compromissos de que as ações estarão sempre voltadas para a busca de resultados cada vez melhores, visando a sustentabilidade cada vez maior da empresa. É por meio do monitoramento contínuo da Gestão de Metas, do Programa de

Compliance, do Portal da Transparência, Carta Anual de Governança e das nossas políticas, que manteremos nosso foco no desenvolvimento da empresa.

A METROBUS Transporte Coletivo S/A é uma sociedade de economia mista, criada em decorrência da cisão societária da Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás S/A – TRANSURB, ocorrida em 29/12/97, autorizada pela Lei Estadual de n.º 13.049, de 16/04/97, com as modificações inseridas pela Lei Estadual n.º 13.086, de 19/06/97 e regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 4.846, de 25/11/97. A empresa tem como finalidade estatutária explorar a operação de serviços de transporte coletivo de passageiros, de características urbanas, em Goiânia e municípios que compõem a região metropolitana.

A METROBUS é classificada como Empresa Estatal Dependente, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás de acordo com a LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 20.733, DE 17 DE JANEIRO DE 2020. Assim, a partir do Exercício Financeiro de 2021, passou a integrar o Orçamento Fiscal.

Em relação a Carta Anual de Governança Corporativa e as nossas políticas, apresentamos abaixo os objetivos de cada uma:

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: Tem por objetivo explicitar o compromisso da METROBUS com a transparência, a responsabilidade corporativa, a eficiência na gestão e o alinhamento de suas atividades definidas no Estatuto Social, ao atendimento do interesse coletivo e à promoção da mobilidade urbana sustentável e segura, informações de que trata o inciso III, ou seja: a divulgação de informações relevantes, atividades desenvolvidas, estruturas de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: O principal objetivo desta política é estabelecer as diretrizes de comunicação da Metrobus Transporte Coletivo S/A, bem como fixar regras e procedimentos a serem observados sobre o uso e divulgação de informações que, por

sua natureza, possam suscitar ato ou fato relevante, visando evitar o uso indevido de informações privilegiadas.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: Tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras gerais relacionados à apuração do montante e distribuição de dividendos, em conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e em linha com as melhores práticas de governança corporativa e transparência, nos termos da legislação vigente e demais normativos internos.

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Tem como objetivo instituir procedimentos e regras a serem observados pela Companhia, seus empregados, administradores e acionistas quando da ocorrência de transações com Partes Relacionadas, nos termos da legislação e regulamentação aplicável, assegurando a igualdade e a transparência, de modo a garantir que a empresa se encontra de acordo com as melhores práticas de Governança Corporativa, na celebração de transações e em situações em que se identifique conflito de interesses.

POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA: Tem como objetivo estabelecer premissas e diretrizes relacionadas às práticas de governança e controle que envolvam investimentos da METROBUS no capital de empresas que tenham por objeto a renovação da frota, a reforma dos terminais e plataformas do Eixo Anhanguera dentre outros investimentos que se façam necessários ao perfeito funcionamento das atividades da empresa, sejam diretas ou indiretas, nos termos da legislação, da regulamentação aplicável, dos documentos societários vigentes e das boas práticas de Governança Corporativa.

3 – NOSSAS CONQUISTAS

DIAMANTE EM TRANSPARÊNCIA



A Metrobus conquistou pelo terceiro ano consecutivo no índice de transparência da página de acesso à informação e ganhou mais uma vez o troféu Diamante. A premiação faz parte da 7ª edição do Prêmio Goiás Mais Transparente, promovido pelo Governo de

Goiás, por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE-GO).

No Eixo Transparência, a CGE avaliou, por meio da metodologia da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) as páginas de Acesso à Informação dos órgãos, a Metrobus alcançou o índice de 99,42% no Programa Nacional de Transparência Pública, da Atricon e 99,87% na CGE recebendo o Selo Diamante de ambos os órgãos.

DIAMANTE EM ÉTICA E RESPONSABILIDADE

A conquista do troféu Diamante no 2º Prêmio Ética e Responsabilidade do Programa de Compliance Público do Estado de Goiás é motivo de grande orgulho para todos nós da Metrobus. Este reconhecimento demonstra que os princípios de ética, transparência e responsabilidade, pilares fundamentais da nossa



atuação, estão sendo rigorosamente seguidos em todos os níveis da empresa.

Este importante resultado só foi possível graças ao empenho e à dedicação incansável de todos nós, que diariamente trabalham com integridade, respeito e compromisso.

Mais do que um reconhecimento, ele nos desafia a continuar aprimorando nossas práticas, a manter a excelência no atendimento e a buscar sempre as melhores soluções para a empresa e para o público que depende do nosso serviço.

OURO EM GOVERNANÇA



A Metrobus recebeu o troféu Ouro em Governança do Programa de Compliance Público (PCP). É o reconhecimento aos órgãos e entidades envolvidos na boa integridade pública em prol dos cidadãos. Reconhecer e premiar boas práticas de governança e gestão de riscos, indica o alinhamento dos controles estratégicos institucionais, contribuindo para uma gestão

pública mais eficiente e voltada à entrega de valor à sociedade.

As práticas fundamentais da boa governança, tem como metas, o Planejamento Estratégico, a Gestão de Riscos, a Gestão do Conhecimento - com foco nas capacitações em Gestão de Riscos e em Contratos, o atendimento às recomendações da Controladoria-Geral do Estado (CGE), a gestão e fiscalização de contratos, as práticas associadas à Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG), a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os indicadores de eficiência e na execução financeira e orçamentária.

DIAMANTE EM OUVIDORIA



A Ouvidoria da Metrobus foi reconhecida pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO) com o Prêmio Diamante pelo segundo ano consecutivo na edição do Prêmio de Ouvidoria Pública de Goiás.

A Ouvidoria, canal direto entre a empresa e a sociedade, reforçou a eficiência no

atendimento ao cidadão ao registrar 86 manifestações em 2025.

A maioria dos contatos está relacionada ao transporte coletivo, com um tempo médio de resposta de apenas 4,1 dias.

A Ouvidoria da Metrobus atua como um elo entre a sociedade e a gestão da empresa. Ali chegam pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), elogios, reclamações, sugestões e até denúncias, que são cuidadosamente tratadas, com sigilo garantido quando necessário.

4 – NOSSO VALORES

MISSÃO

Oferecer a melhor opção em transporte coletivo, com segurança, pontualidade, regularidade e conforto, transformando cada viagem em um momento de prazer, aliando inovação e qualidade.

PRINCÍPIOS

Ser referência na provisão de serviços de transporte coletivo, proporcionando conforto e qualidade nas viagens, com inovação tecnológica, e sustentabilidade, tendo como seu principal pilar o respeito ao cliente por meio do engajamento dos colaboradores.

VALORES

Orientação para resultados, foco no cliente, colaboradores satisfeitos e valorizados, sempre buscando a legalidade, responsabilidade, transparência e ética em conjunto com melhoria dos processos e utilização de tecnologia avançada.

5 – FINALIDADE E ATIVIDADES EXERCIDAS

A Metrobus ainda não possui um Comitê de Auditoria Estatutário instituído, sendo que suas atribuições são desempenhadas pelo Conselho de Administração, conforme previsão legal. Com esse propósito, o conselho de Administração avalia e manifesta-se sobre: (i) a qualidade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade do sistema de controles internos; (iii) a efetividade das auditorias interna e independente.

O Conselho de Administração mantém contato permanente com os gestores das áreas de controle da empresa, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, do auditor externo, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, relatório da administração e nas próprias análises decorrentes de assuntos de interesse da empresa.

5.1. DESTAQUES 2025 - *Resultados e indicadores operacionais*

5.1.1. Cumprimento De Viagens

O Cumprimento de viagens indicado no quadro abaixo apresenta o total de viagens programadas, mês a mês: Viagens Programadas, Viagens Não Realizadas, Viagens Incompletas e as Viagens Emergenciais, no período de janeiro a dezembro do ano 2025.

5.1.2 Análise das Viagens Programadas x Realizadas – 2025

No período de janeiro a dezembro de 2025, a Metrobus apresentou desempenho operacional superior ao planejado, com 85.277,00 viagens programadas frente a 88.961,00 viagens realizadas, resultando em um acréscimo de 3.684,00 viagens ao longo do ano.

Destaca-se que, em todos os meses do período, o número de viagens realizadas superou o quantitativo programado, evidenciando elevada capacidade de resposta da operação frente às demandas do sistema. Os maiores incrementos foram observados nos meses de fevereiro, março e junho, indicando momentos de maior necessidade de reforço na oferta.

Esse desempenho está diretamente associado à realização de viagens adicionais, especialmente de caráter emergencial, que visam atender picos de demanda e suprir eventuais limitações operacionais no sistema BRT. Como resultado, a Metrobus atuou de forma complementar e estratégica, contribuindo para a manutenção da regularidade e da continuidade do serviço.

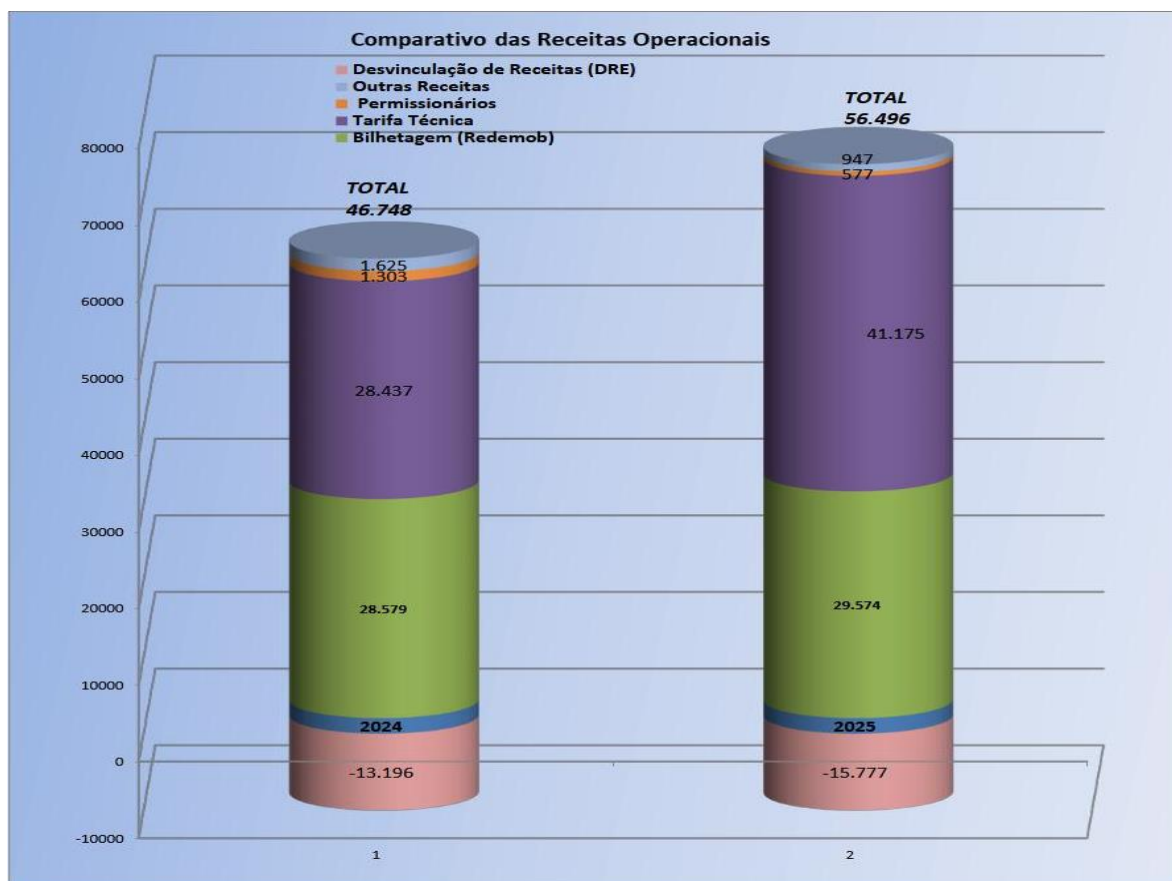
De forma geral, os dados demonstram alto nível de cumprimento da programação aliado à ampliação da oferta, refletindo positivamente na confiabilidade do sistema e na qualidade do atendimento aos usuários.

MESES	VIAGENS PROGRAMADAS	VIAGENS NÃO REALIZADAS		VIAGENS INCOMPLETAS		VIAGENS EMERGENCIAIS		VIAGENS REALIZADAS	ICV
		QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%		
JAN.	7.162,50	15,50	0,22%	68,25	0,95%	102	1,42%	7.180,75	100,25%
FEV.	6.462,00	24,00	0,37%	89,75	1,39%	838	12,97%	7.186,25	111,21%
MAR	6.900,50	7,50	0,11%	87,75	1,27%	943	13,67%	7.748,25	112,29%
ABR.	7.051,00	59,50	0,84%	112	1,59%	324	4,60%	7.203,50	102,16%
MAI.	7.347,50	32,50	0,44%	80,25	1,09%	333	4,53%	7.567,75	103,00%
JUN.	7.056,50	7,50	0,11%	56,25	0,80%	429	6,08%	7.421,75	105,18%
JUL.	7.781,00	28,00	0,36%	71,75	0,92%	360	4,63%	8.041,25	103,34%
AGO.	7.229,50	6,50	0,09%	50,5	0,70%	398	5,51%	7.570,50	104,72%
SET	7.241,00	20,50	0,28%	94,5	1,31%	439	6,06%	7.565,00	104,47%
OUT	7.277,50	13,50	0,19%	105,5	1,45%	313	4,30%	7.471,50	102,67%
NOV.	6.750,50	13,00	0,19%	78,75	1,17%	169	2,50%	6.827,75	101,14%
DEZ	7.017,50	12,50	0,18%	68,25	0,97%	240	3,42%	7.176,75	102,27%
TOTAL	85.277,00	240,50	0,28%	963,5	1,13%	4.888	5,73%	88.961,00	104,32%

Fonte: Gerência de Planejamento.

5.1.3. Execução Financeira

5.1.3.1. Receitas Operacionais



Receitas Operacionais	2024	2025	Varição	%
Bilhetagem (Redemob)	28.579	29.574	995	3%
Tarifa Técnica	28.437	41.175	12.738	45%
Permissionários	1.303	577	-726	-56%
Outras Receitas	1.625	947	-679	-42%
Desvinculação de Receitas (DRE)	-13.196	-15.777	-2.580	20%
Total	46.748	56.496	9.748	21%

1) Receitas Operacionais – Comparativo 2025 x 2024:

No exercício de 2025, as receitas operacionais do SitPass (Redemob), apresentaram crescimento de aproximadamente 3% em relação a 2024. Esse desempenho positivo decorre, principalmente, das melhorias estruturais realizadas nas plataformas e terminais do sistema BRT (Eixos Leste-Oeste e Norte-Sul), que contribuíram para maior eficiência operacional e incremento na arrecadação.

2) Receita Técnica Complementar

Receita proveniente da tarifa complementar (Instituído pela Lei Complementar nº 169 e alterado pela Lei Complementar nº 171), registrou crescimento significativo de 45% no exercício de 2025, em comparação ao ano anterior. Esse aumento é resultado do reajuste tarifário em média de 6% pela AGR, e da ampliação do adicional do ônibus elétrico, bem como o aumento de demanda.

São aportes financeiros dos entes (Estado de Goiás e os Municípios de Goiânia, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Goianira e Trindade), tendo como finalidade assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte coletivo, especialmente diante da ausência de reajuste tarifário ao usuário final desde 2019.

3) Permissionários e Outras Receitas

As receitas provenientes de permissionários apresentaram redução de 56% em 2025, reflexo direto da diminuição do número de bancas nos terminais do Eixo Anhanguera, bem como do fechamento temporário de estruturas para execução de obras de reforma.

Adicionalmente, as demais receitas registraram queda de 42% no mesmo período, em decorrência, principalmente, da redução nos ingressos oriundos de depósitos recursais.

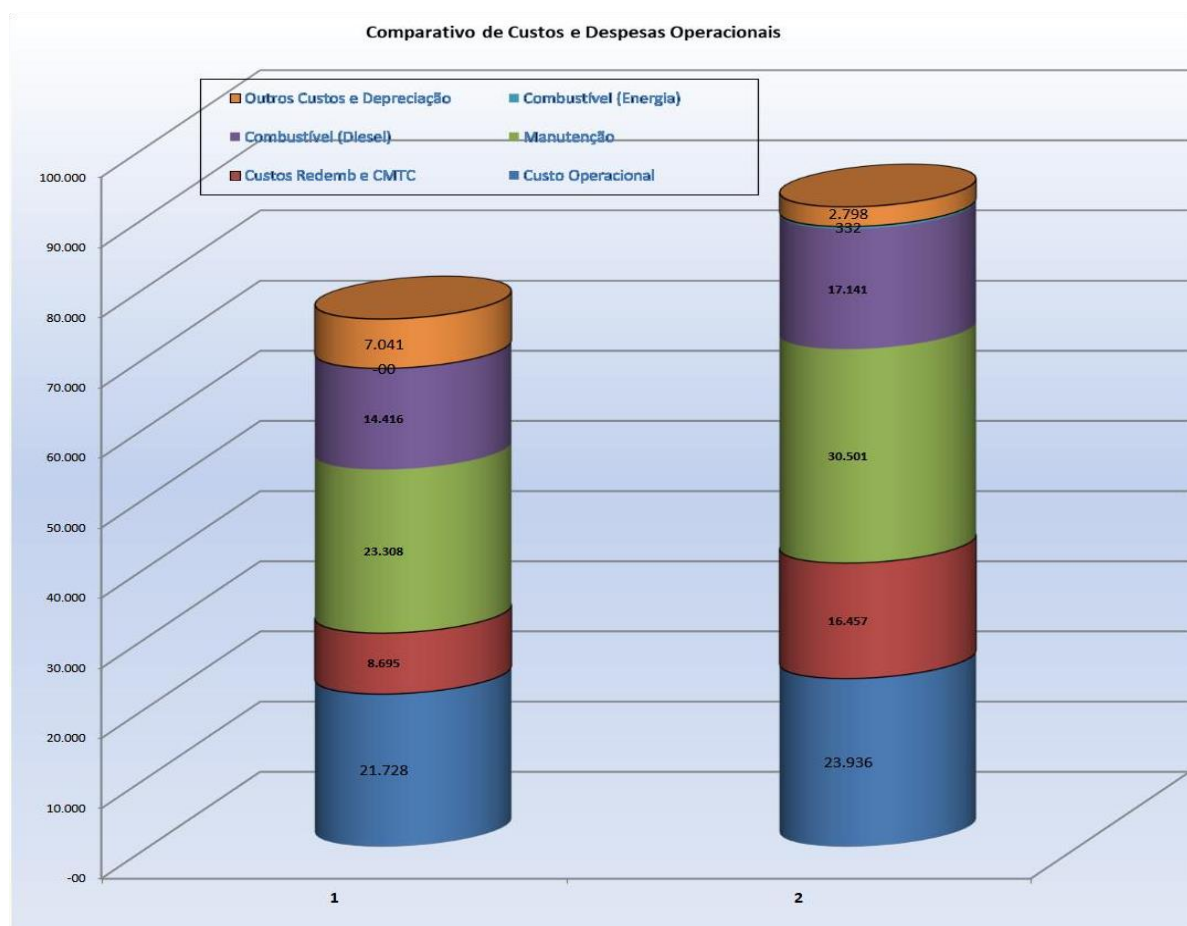
4) Desvinculação de Receita Estadual (DRE)

A partir de maio de 2023, a Metrobus passou a integrar a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), passando a incidir sobre suas receitas próprias o percentual de 30% a título de Desvinculação de Receitas (DRE), conforme a Instrução Normativa nº 001/2020 e o art. 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Goiás.

No exercício de 2025, o montante da DRE apresentou aumento de aproximadamente 20%, em linha com o crescimento das receitas operacionais, tendo o faturamento de 2025 atingido R\$ 72.273 milhões, comparando a R\$ 59.994 milhões em 2024.

O valor de R\$ 15.777 milhões, correspondente à DRE incidente sobre a receita própria, possui natureza compensatória, uma vez que, na ausência de sua aplicação, haveria redução equivalente nas receitas de subvenção provenientes do Tesouro Estadual. Assim, não se verifica impacto econômico-financeiro relevante no resultado do período.

5.1.3.2. Custos e Despesas Operacionais



Custos e Despesas Operacionais	2024	2025	Varição	%
Custo Operacional	21.728	23.936	2.208	10%
Custos Redemb e CMTC	8.695	16.457	7.762	89%
Manutenção	23.308	30.501	7.193	31%
Combustível (Diesel)	14.416	17.141	2.725	19%
Combustível (Energia)	-00	332	332	100%
Outros Custos e Depreciação	7.041	2.798	-4.242	-60%
Total	75.187	91.165	15.978	21%

Análise dos Custos Operacionais – Comparação entre os exercícios 2025 com 2024

Houve um crescimento nos custos operacionais no exercício de 2025 em comparação com 2024, com destaque para os seguintes fatores:

1) Custo com Pessoal Operacional

A rubrica de custos operacionais registrou aumento médio de 10% no período. Destaca-se o reajuste salarial de aproximadamente 6,5% aplicado aos motoristas, bem como o acréscimo no quadro de pessoal, com a incorporação em média de 20 motoristas, em decorrência de óbito, aposentadoria, pedidos de demissão e desligamentos compulsórios em função do atingimento do limite etário legal (75 anos). Tais fatores, em conjunto, contribuíram para a elevação da base de custos no período.

2) Custo Relacionados a CMTC e RedeMob Consórcio

Os valores são referentes a PPC de 2% dos custos do poder concedente associados aos serviços CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo), e à RedeMob Consórcio de 14% do SitPass, que apresentaram crescimento de aproximadamente R\$ 1.762 mil, equivalente a cerca de 20%, acompanhando o aumento da receita operacional vinculada a esses contratos.

Adicionalmente no exercício de 2025, houve a formalização de acordo com a CMTC referente a diferenças históricas do PPC (1%), relativas ao período de 2014 a 2019, no montante de R\$ 6.000.000 Milhões. Desse total, 50% foram liquidados em 2025, permanecendo o saldo remanescente para quitação em 2026, condicionado a liberação de orçamento pela Secretaria da Economia.

3) Custo de Manutenção

Os custos com manutenção apresentaram aumento de 31% em 2025, em comparação ao exercício anterior. Esse crescimento decorre, principalmente, da operação de linhas extras de um maior número de veículos na grade do RedeMob em função da reforma nas plataformas e terminais do sistema BRT (Eixo Leste-Oeste), bem como os serviços de manutenção preventiva e

corretiva e com as revitalizações dos veículos a combustão, além das despesas com empresas terceirizadas Presta e Soluções.

4) Custo com Abastecimento

Os gastos com abastecimento registraram aumento médio de 19% em 2025, em relação a 2024. Esse crescimento foi impactado, principalmente, pelo reajuste de aproximadamente 11% no preço do litro do óleo diesel, decorrente da alteração da alíquota de ICMS a partir de fevereiro de 2025.

Adicionalmente, o atraso na implementação da frota elétrica e a necessidade de adequações operacionais, incluindo a reconfiguração de grades operacionais em função das reformas nas plataformas e terminais do sistema BRT (Eixo Leste-Oeste), contribuíram para a elevação desses custos.

Ressalta-se que, no decorrer do exercício de 2025, teve início a operação com abastecimento de ônibus elétricos, cujo valor da energia elétrica ainda é reduzido, em razão da implantação inicial de apenas seis veículos na frota.

5) Depreciação e Alienação de Bens

Os custos relacionados à depreciação e à alienação de bens apresentaram redução de aproximadamente 60% em 2025. Essa variação apresenta, principalmente, do quantitativo de baixas de ativos registrado em 2024, e de 11 veículos no exercício de 2025.

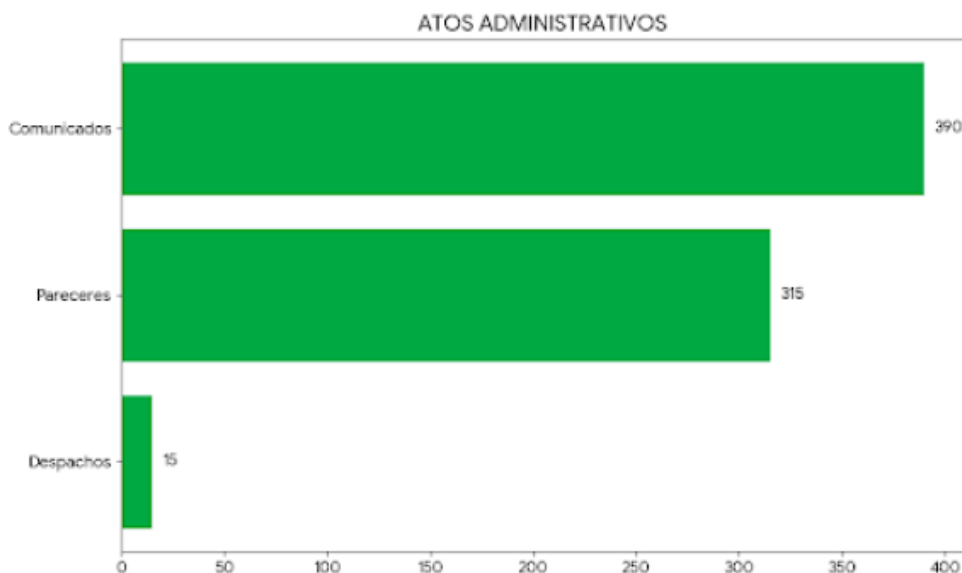
5.2. GERÊNCIA JURÍDICA – PROVEITO ECONÔMICO

Ao longo do ano de 2025, a equipe da GJUR obteve êxito em diversas demandas, sendo salutar destacar algumas delas, a saber:

ATOS ADMINISTRATIVOS EM NÚMEROS

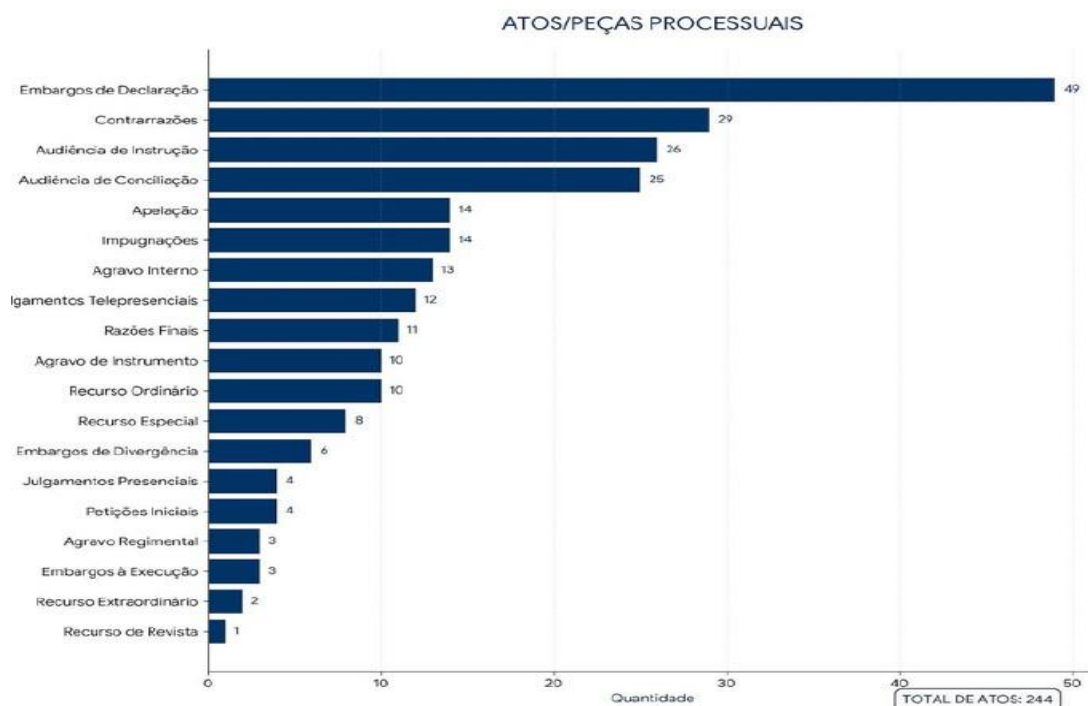
Os dados abaixo elencados demonstram que a Gerência Jurídica funciona como um

facilitador operacional, emitindo diretrizes técnicas que garantem segurança jurídica e embasamento especializado para as decisões de toda a empresa.



ATOS/PEÇAS PROCESSUAIS E PROVEITO ECONÔMICO

Apresentamos, a seguir, o consolidado de **atos e peças processuais** realizados pela GJUR durante o exercício de 2025:



Os esforços empreendidos resultaram em um proveito econômico de **R\$ 41.838.778,80** (quarenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

6 – PROGRAMA DE COMPLIANCE PÚBLICO

6.1. RESULTADOS

Gráfico 1

Nível de Risco Atual



Avaliação da Efetividade dos Controles Atual



Quadro 1



Tabela 1

Efetividade Controles	Avaliação da Efetiv. Controles	Escala de Níveis de Risco (Nível de Risco = Peso Prob. x Peso Impacto)		
Inexistente	0,00 (0,0%)	Escala	De	Até
Fraco	0,20 (20%)	Baixo	1	4
Mediano	0,40 (40%)	Médio	5	9
Satisfatório	0,60 (60%)	Alto	10	30
Forte	0,80 (80%)	Extremo	31	80

6.2. Situação do Compliance Metrobus – 2025

Tabela 2

GESTÃO DE RISCOS			
	Início de 2023	Final de 2025	Evolução
Riscos Aprovados	33	58	75,76%
Controles Aprovados	49	70	42,86%
Controles em Execução	34	52	52,94%
Nível do Risco	5,81	3,47	* (-) 67,44%
Efetividade dos Controles	56,9%	64,2%	12,83%

A METROBUS assinou o **TERMO DE COMPROMISSO Nº. 13/2019 GEAC - CGE**, em 30 de setembro de 2019, aderindo ao PCP – Programa de **Compliance** Público conforme o artigo 4º do Decreto Estadual nº 9.406/2019, de 18/02/2019. O programa de **Compliance**, teve a sua implantação iniciada em 2019 nos seguintes departamentos: CPL, Controladoria, Gerência de Suprimentos, Gerência de Manutenção, Chefia de Gabinete e Gerência de Transporte. Dando continuidade ao PCP, em 2023 a implantação do **Compliance** foi implementado nos departamentos da empresa: Coordenação de Contabilidade; Coordenação Financeira; Gerência Jurídica; Gerência de RH; Coordenação de TI; Comunicação e Coordenação de Serviços Gerais; a fim de cumprir e se fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes

estabelecidas para o negócio e para as atividades da companhia, bem como evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou inconformidades que possam ocorrer.

6.3. GESTÃO DE RISCOS

6.3.1 – Identificação dos Riscos – busca reconhecimento e descrição dos riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

6.3.2 – Análise dos Riscos – compreensão da natureza do risco e à determinação do seu respectivo nível mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis. Em sua mensuração, são constituintes do impacto, os atributos: o financeiro, os objetivos do negócio, a persistência e a imagem/reputação. Quanto à probabilidade, são atributos: o nível de exposição, a qualidade dos controles, o potencial para fraudes e a conformidade com legislações. O impacto, probabilidade e nível de risco são representados em uma matriz gráfica.

6.3.3 – Avaliação dos Riscos – processo de comparação dos resultados da análise de risco com os critérios do risco para determinar se o risco e/ou sua respectiva magnitude é aceitável ou tolerável;

6.3.4 – Tratamento dos Riscos – processo para modificar o risco. Ocorre dentre as estratégias de aceitá-lo, evitá-lo, reduzi-lo, compartilhá-lo ou explorá-lo;

6.3.5 – Monitoramento dos Riscos – verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado;

6.3.6 – Identificação dos Controles – identificação dos procedimentos, ações ou documentos que garantem o alcance dos objetivos do processo e diminuam a exposição aos riscos;

6.3.7 – Estabelecimento dos Controles – políticas e procedimentos que assegurem o

alcance dos objetivos da administração, diminuindo a exposição das atividades aos riscos. Tais atividades acontecem ao longo do processo organizacional, em todos os níveis e em todas as funções, incluindo aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões de desempenho operacional, segurança de recurso e segregação de funções.

7 – ANÁLISES DO CONSELHO

Ao analisar a demonstração contábil anual de 2025, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de abril de 2026, não foi identificado contingência ou irregularidade em sua contabilização, no qual foi respaldado o Relatório de Auditoria Independente, da empresa Audimec Auditores Independentes S/A, Parecer do Conselho Fiscal, apresentado com a análise das demonstrações contábeis da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração, ressaltou que a Metrobus possui duas contabilidades a Societária e a Pública, sendo que a contabilidade societária é concluída mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente, e a contabilidade pública é concluída mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente.

Os documentos analisados compreendiam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício 2025, incluindo as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis.

Trimestralmente, o Conselho de Administração também acompanhou, no ano de 2025 as demonstrações contábeis apresentadas pela Coordenação de Contabilidade, Superintendência Financeira e Diretoria Financeira da Metrobus, todas aprovadas pelo Conselho Fiscal, com relatos sobre o destaque do RELATÓRIO ANUAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO referente ao exercício de 2025, bem como os dados operacionais, planejados e realizados, as respectivas metas contábeis, as demonstrações financeiras, os investimentos realizados, as depreciações realizadas e despesas efetuadas, ressaltando a ausência de divergência em relação às demonstrações financeiras.

Em orientação à Diretoria Executiva, o Conselho de Administração aconselhou o acompanhamento contínuo da equipe de auditoria interna da Companhia para acompanhamento dos processos contábeis, visando o bom andamento das atividades executadas. O Conselho de Administração exarou PARECER informando que examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e finalizou concluindo que os documentos traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da empresa, estando estes, em conformidade e que foram submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 24 de abril de 2026.

8 – CONCLUSÃO

O Conselho de Administração em reuniões formais registradas informou que a Diretoria Executiva, apresenta todas as demandas e questões de interesse da empresa para avaliação e aprovação pelo Colegiado, buscando atender as recomendações para o aperfeiçoamento dos processos, procedendo ao acompanhamento das implementações de melhorias que podem ser sugeridas pela Diretoria Executiva, auditorias interna e independente.

Constatou-se que nos trabalhos realizados pelo Controle Interno, durante o ano de 2025, não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a continuidade da Companhia. O relatório de auditoria independente apresentado também foi aprovado, o que demonstra bom andamento das atividades.

Todavia, mesmo não havendo ressalva na conclusão, o Relatório dos Auditores Independentes acerca das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025, foi apresentado Base para Opinião com Ressalva, vejamos:

“Teste de Impairment - CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

*Apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31 de dezembro de 2025, a **METROBUS** não efetuou o teste de impairment, para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais o cálculo da depreciação deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27..”*

O Diretor Presidente da Metrobus, senhor Francisco Caldas explicou “sobre a não realização por parte da Gestão do teste de impairment, relatado pela Auditora, enfatizando que essa ressalva já vem sendo suscitada há mais ou menos três anos pela Auditoria Independente, sem contudo, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, fazer qualquer avaliação ou recomendação sobre a mesma, tendo sido acatada a Instrução Técnica nº 65/2025 daquele Colegiado”, conforme a **INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA Nº 65/2025 - SERVISC-GESTORES – TCE-GO**, “ A empresa demonstrou uma variação negativa no Ativo Total e Passivo em relação ao ano anterior, tendo sido apurado Prejuízo no Exercício, de R\$ 1,963 milhão, evidenciando a sua insuficiência operacional. Os valores totais do demonstrativo analítico do Imobilizado e Intangível estão em concordância com o Balanço Patrimonial. Destaca-se ainda, a sua dependência financeira, que recebe do controlador, recursos para pagamento de despesas com pessoal e custeio. Quanto à ausência do teste de impairment, previsto na norma CPC 01, a despeito da transparência e fidedignidade das informações contábeis restarem prejudicadas, verificou-se que o normativo torna obrigatória a sua realização apenas para as sociedades de grande porte, o que não é o caso da Metrobus”.

Com base nas considerações acima, o Conselho de Administração, em atribuição às

tarefas de um Comitê de Auditoria Estatutário, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, entende ter desempenhado as suas funções estatutárias e atendido às finalidades de sua competência.

Goiânia, 25 de maio de 2026.

DORCILO
RABELO:2289550710
4

Assinado de forma digital por
DORCILO RABELO:22895507104
Dados: 2026.05.27 13:06:28
+03'00'

DORCILO RABELO
Presidente do Conselho

Documento assinado digitalmente



RONAN ABREU REIS
Data: 28/05/2026 22:02:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MONICA FIGUEIREDO DO AMARAL

Membro

Documento assinado digitalmente



MONICA FIGUEIREDO DO AMARAL
Data: 27/05/2026 19:36:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RONAN ABREU REIS

Membro

Documento assinado digitalmente



ROSANA FRANCO AMARAL
Data: 01/06/2026 14:00:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA

Membro

Documento assinado digitalmente



HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA
Data: 29/05/2026 14:29:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROSANA FRANCO AMARAL

Membro